

Avaliação Intercalar do PO Madeira 2020

Sumário Executivo

Avaliação do contributo dos FEEI para os objetivos do Programa Operacional Regional Madeira 14-20, por Eixo Prioritário (Avaliação Intercalar) - PO Madeira 14-20

Entidade promotora:



31 de maio de 2022

Autoria

EY-Parthenon



Coordenação:

Sandra Primitivo

Catarina Pereira

Especialistas:

Luís Carvalho

Miguel Mozos Francisco

Rui Faustino

Manuel Reis

1. Objeto, âmbito e objetivos da Avaliação

A “Avaliação do Contributo dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) para os objetivos do Programa Operacional Regional Madeira 14-20, por Eixo Prioritário (Avaliação Intercalar) - PO Madeira 14-20” visa explicar o contributo do Programa Operacional Madeira 14-20 para os resultados esperados nos Objetivos Específicos de cada Prioridade de Investimento (PI) mobilizada em cada um dos seus Eixos Prioritários, o que passa por: i) aferir o grau de eficácia e eficiência dos apoios, identificando o seu contributo nos Objetivos Específicos; ii) identificar o impacto da implementação do PO e respetivo alinhamento com os objetivos estratégicos; iii) identificar o Valor Acrescentado Europeu associado à implementação e aos resultados do PO; iv) avaliar a relevância e coerência da configuração do PO.

O PO Madeira 14-20

O PO Madeira 14-20 enquadra a intervenção do FEDER e FSE no âmbito do objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego para a Região Autónoma da Madeira no período de programação comunitária 2014-2020. Os instrumentos de política selecionados pelo PO Madeira 14-20 abrangem uma multiplicidade de áreas e objetivos temáticos, enquadrados num conjunto de prioridades de investimento do Portugal 2020.

A arquitetura de eixos prioritários do PO Madeira 14-20 e os objetivos específicos associados às prioridades de investimento selecionadas refletem as opções estratégicas regionais constantes do Documento de Orientação Estratégica - Compromisso Madeira@2020 (PDES - Plano de Desenvolvimento Económico e Social da RAM 2014-2020). O contexto adverso que atravessou a implementação do PO conduziu a um conjunto de reprogramações que conduziram à alteração do peso relativo da dotação prevista nos domínios de intervenção. Com efeito, assistiu-se a um reforço da dotação financeira nos apoios à qualificação e inovação das PME (PI 3.c) e à formação e emprego (Eixo 9) e, em contrapartida, a uma redução da dotação alocada aos apoios dirigidos à eficiência da Administração Pública (Eixo 10), coesão social (PI 9.b.iv) e aos apoios no domínio da competitividade e internacionalização (PI 3.a e 3.b, do eixo 3).

Ponto de situação a 31 de dezembro de 2020

Até à data de reporte de avaliação (31 de dezembro do 2020) foram submetidas ao PO Madeira 7 100 candidaturas, das quais 6 028 tinham já decisão. Destas, 5 413 tinham sido aprovadas, 260 não aprovadas e 680 anuladas ou rescindidas. O PO revela assim uma taxa de aprovação¹ bastante elevada (90%), claramente acima do PT 2020 (73%) e dos PO Regionais do Continente (52%). As TI (Tipologias de Intervenção) com maior relevância de não aprovações foram a Investigação científica e tecnológica (60% das candidaturas não são aprovadas), os sistemas de incentivos à I&D empresarial (30%), à inovação de não PME (53%) e à qualificação de PME (25%).

Os projetos aprovados no PO mobilizam um total de 2 068 entidades beneficiárias, dos quais 67 são beneficiários não empresariais e 2 001 beneficiários empresariais. No caso dos beneficiários do FSE (135M€), a maioria do financiamento foi atribuído a Institutos Públicos (68 M€, 50% do total), Escolas Profissionais e Centros de Formação (25 M€) e para Estabelecimentos de Ensino (17,9 M€). No que se refere aos projetos apoiados pelo FEDER, a maioria do financiamento foi dirigido às empresas (133 M€ dos 257 M€ aprovados).

Tendo em consideração a estrutura de eixos e vetores estratégicos de intervenção do PO, destaca-se a Formação de Competências como o vetor que apresenta um maior peso no volume de apoios concedidos (126,8 M€). Os eixos que compõem este vetor (eixo 7 e eixo 8) apresentam taxas de compromisso superiores a 100% (Quadro 1). Num segundo plano, o vetor que apresenta um maior volume de projetos aprovados é o da Competitividade e Internacionalização e é também onde está alocada a segunda maior fatia do investimento dos FEEI, com taxas de compromisso elevadas, bem como uma taxa de realização igualmente elevada, influenciada sobretudo pelo bom ritmo de execução das operações do eixo. Em sentido oposto, os vetores de intervenção de Capacitação

¹ Taxa de aprovação líquida de anulações ou rescisões (estas candidaturas foram analisadas e aprovadas e posteriormente anuladas ou rescindidas). A taxa de aprovação bruta situa-se em 95,7%.

Institucional e I&D, Inovação e Energia apresentam baixos níveis de realização dos seus projetos. Cerca de 64% dos 14 projetos aprovados do vetor de Capacitação Institucional (que inclui os eixos 2 e 10 do PO) apresentam taxas de realização inferiores a 50%. No vetor de I&D, Inovação e Energia (que inclui projetos do eixo 4 e do eixo 1 do PO), 73% dos 58 projetos aprovados apresentam taxa de reporte da avaliação taxas de realização inferiores a 50%.

Quadro 1. Dados relativos à estrutura e execução financeira do PO Madeira 14-20 (2020)

Vetores da Estratégia Regional	Eixos Prioritários do PO Madeira 14-20	FEEI	Dotação financeira (mil €)	% total do PO	Operações aprovadas (nº)	Fundo aprovado (mil €)	Taxa de compromisso (%)	Fundo executado (mil €)	Taxa de Realização (%)
Formação de Competências	07 - Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral	FSE	35 960	9%	58	36 276	101%	20 918	58%
	09 - Investir em competências, educação e aprendizagem ao longo da vida	FEDER/FSE	87 300	22%	95	90 519	104%	52 343	58%
Competitividade e Internacionalização	03 - Reforçar a competitividade das Pequenas e Médias Empresas (PME)	FEDER	63 996	16%	1 234	46 603	73%	27 274	59%
	11 - Compensar sobrecustos da ultraperiferidade	FEDER	58 182	15%	3 908	70 418	121%	56 997	81%
Sustentabilidade ambiental e coesão territorial	05 - Proteger o ambiente e promover a eficiência de recursos	FEDER	22 801	6%	19	19 437	85%	6 841	35%
	06 - Promover transportes sustentáveis e eliminar estrangulamentos nas redes de infraestruturas	FEDER	40 855	10%	1	41 213	101%	40 619	99%
I&D, Inovação e Energia	01 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	FEDER	25 806	6%	38	24 951	97%	12 424	50%
	04 - Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores	FEDER	14 405	4%	23	12 540	87%	1 146	9%
Coesão Social	08 - Promover a inclusão social e combater a pobreza	FEDER/FSE	36 100	9%	18	38 000	105%	32 110	85%
Capacitação Institucional	02 - Melhorar o acesso às tecnologias de informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade	FEDER	5 130	1%	3	5 130	100%	3 209	63%
	10 - Reforçar a capacidade institucional e a eficiência da Administração Pública	FSE	2 026	1%	11	2 260	112%	361	16%
	12 - Assistência técnica	FEDER	8 666	2%	5	4 562	53%	2 378	52%
Total PO Madeira 14-20			401 226	100%	5 413	391 910	98%	256 622	65%

Notas: Número de operações e valores de fundo aprovado de acordo com lista de operações aprovadas pelo PO Madeira 14-20 até 31.12.2020, cf. disponibilizado pela AG; montantes de fundo executado, reportado a 31.12.2020; Taxa de compromisso = Fundo aprovado / Dotação financeira * 100; Taxa de realização = Fundo executado / Fundo aprovado * 100

No caso do eixo 4 as TI 2, 4, 7 e R1 - IFFRU estão alinhadas com o vetor I&D, Inovação e Energia e a TI 6 está alinhada com o vetor Sustentabilidade ambiental e Coesão Territorial.

Fonte: EY-Parthenon, baseado no sistema de informação do PO Madeira 14-20

2. Metodologia

Esta avaliação assumiu como referencial metodológico a Avaliação Baseada na Teoria (ABT) e implicou a estruturação do quadro lógico da intervenção do PO Madeira 14-20 e da respetiva Teoria da Mudança (TDM). O processo avaliativo envolveu um conjunto alargado de métodos e técnicas de recolha e análise de informação, incluindo recolha documental e de dados estatísticos, realização de dez entrevistas, seis Focus Groups e cinco estudos de caso, tendo ainda sido aplicados três inquéritos (dois a promotores empresariais e um a entidades públicas).

A elaboração da TdM foi ainda suportada num processo de revisão de literatura e análise documental e teve em consideração, no que respeita aos pressupostos e riscos, um foco nos critérios de avaliação que regem as questões de avaliação colocadas no Caderno de Encargos e, por conseguinte, um foco nos resultados e não tanto no processo de operacionalização das tipologias.

A abordagem metodológica foi ancorada num leque diversificado de métodos e técnicas de recolha de dados, de tratamento e análise de informação quantitativa e qualitativa, selecionados em função das opções de aprofundamento previstas no Caderno de Encargos. Estas opções preveem um ciclo completo de avaliação - mobilizando todos os métodos de recolha e análise de informação e a mobilização da TdM e da Análise da Contribuição - para os domínios da "Competitividade e internacionalização" e da "Sustentabilidade ambiental e coesão territorial" e uma simplificação do processo avaliativo para os restantes domínios, os quais foram analisados, em consonância com o previsto no Caderno de Encargos, com base na informação disponível noutras avaliações e em técnicas mais simples de recolha de avaliação.

3. Conclusões

Eficácia das intervenções do Programa Operacional

C1. A maioria dos eixos do PO **foi capaz de mobilizar níveis satisfatórios de procura**, revelando uma adequação global dos instrumentos e formas de apoio às necessidades dos grupos-alvo e da região. Em termos globais, a procura dos Avisos excedeu a dotação inicial prevista, o que contribuiu para um maior alinhamento das operações selecionadas com os objetivos do PO.

C2. As fortes alterações de contexto ocorridas no período de implementação do Programa obrigaram a ajustamentos relevantes face à programação inicial, refletidas na reprogramação das dotações iniciais e das metas dos indicadores de desempenho, concluindo-se por uma **boa capacidade de ajustamento da programação a fortes e inesperados desafios e por um desempenho globalmente positivo do cumprimento dos indicadores de realização e resultado do Programa**.

C3. A forte **influência de fatores externos** na execução e eficácia das intervenções é incontornável, contudo, entre os motivos de incumprimento das metas do Programa, identifica-se também a influência de fatores críticos de eficácia menos circunstanciais e, ao invés, relacionados com a adequação dos apoios face às necessidades dos destinatários e da região, ou com procedimentos de operacionalização dos instrumentos de apoio. Neste particular, destacam-se os casos da PI 10.c.ii e da PI 10.c.iii, destinadas ao apoio dos CTeSP e dos Centro Qualifica, respetivamente.

C4. No campo das medidas dirigidas ao objetivo de **reforço de competências**, sinalizam-se dificuldades de adesão das empresas para medidas de formação profissional, bem como de mobilização de segmentos menos escolarizados da população adulta para a participação em atividades de aprendizagem ao longo da vida.

C5. Em matéria de qualificação inicial, foi no segmento das ofertas qualificantes de nível secundário, orientadas para o esforço de combate ao abandono escolar e aumento da proporção de diplomados com ensino secundário que se concentrou a maior aposta do PO, sem registo de dificuldades de mobilização de procura e prevalecendo uma perspetiva positiva de cumprimento das metas de certificação dos participantes.

C6. No plano das medidas dirigidas à **competitividade e internacionalização**, a primeira das duas áreas de aprofundamento da presente avaliação, conclui-se por um bom desempenho em termos de resultados, mas heterogéneo do ponto de vista da capacidade de mobilização das empresas, com as maiores dificuldades a recaírem sobre os Instrumentos Financeiros.

Com exceção da PI 3.c. - qualificação e inovação de PME, os restantes instrumentos dos Sistemas de Incentivos chegaram a menos empresas do que a ambição expressa nas metas iniciais do Programa, mas revelam eficácia na concretização dos resultados ao nível da empresa (volume de vendas, VAB e emprego, sendo neste último caso os efeitos positivos mas abaixo das expectativas iniciais) e registam uma perceção favorável dos promotores sobre o seu contributo para a produção de novos ou substancialmente melhorados bens/ serviços e para melhorar a capacidade de marketing e promoção das organizações.

As fortes condicionantes externas impactaram a eficácia dos apoios e os seus resultados, adiando ou penalizando o cumprimento de objetivos importantes das candidaturas, nomeadamente ao nível da criação de emprego e das estratégias de internacionalização, duas dimensões de resultado em que o efeito da crise pandémica se revelou mais prejudicial.

C7. Os instrumentos direcionados para apoiar as empresas a superar desvantagens competitivas associadas à condição ultraperiférica da região superaram as metas da programação, sendo considerados pelos promotores como importantes para o cumprimento das normas impostas pela pandemia, o suporte da tesouraria e a manutenção dos postos de trabalho e da atividade das empresas. Quando mobilizados em combinação com outros instrumentos do sistema de incentivos, relevam-se relevantes ou determinantes para a concretização desses projetos, o que indicia que sobretudo em empresas de menor dimensão poderá haver ganhos de eficácia na mobilização combinada destes instrumentos.

C8. Os apoios ao empreendedorismo destacam-se pelo melhor desempenho nos resultados efetivos ou quasi-efetivos, reforçando a importância dos apoios na implementação da dinâmica empreendedora na região;

C9. Os objetivos do PO alinhados com a promoção da **sustentabilidade ambiental** foram globalmente cumpridos no plano da sustentabilidade e por via do investimento na melhoria das infraestruturas de transportes, mas revelam resultados muito tímidos no plano da requalificação e melhoria do património.

C10. A aposta do Programa Operacional na **investigação e inovação** é fortemente valorizada pelos *stakeholders* auscultados, reconhecendo-se um contributo importante do Programa para a melhoria gradual do sistema regional de inovação, quer do ponto de vista material (infraestrutural), quer imaterial (exemplo da aposta nos recursos humanos qualificados).

No que refere à participação das empresas nas atividades de I&D, reconhece-se uma evolução positiva, mas reforça-se a necessidade de estimular os níveis de I&D empresarial, facilitar práticas colaborativas e uma maior valorização do conhecimento.

C11. Conclui-se com dois campos em que o Programa dificilmente conseguirá acompanhar os objetivos a que se propõe. Em primeiro lugar, fruto da baixíssima realização, não há evidências do contributo do Programa para a redução da dependência externa da Região para o consumo de **energia**. Por outro lado, não foram concretizadas todas as intenções de investimento previstas relacionadas com a melhoria de equipamentos de sociais e de saúde indutores de melhor **coesão social**, importando refletir oportunamente sobre a (eventual) necessidade de encontrar novas soluções de financiamento para os investimentos inicialmente programados.

Eficiência do Programa Operacional

C12. Na esmagadora maioria das PI e OE os recursos mobilizados e os resultados gerados pelo PO revelam-se adequados face aos objetivos a prosseguir e aos desafios e oportunidades em presença.

C13. Os níveis de eficiência associados ao PO são, em parte, tributários da adequação dos recursos humanos e financeiros alocados à assistência técnica.

C14. Apesar da baixa procura e reduzida taxa de realização, os IF possuem condições de financiamento mais atrativas que as do mercado tradicional, mitigando falhas de mercado inibidoras de procura, que marcavam o período pré-PO.

C15. As diferentes formas de apoio, mas sobretudo o subsídio não reembolsável, constituem-se como incentivo efetivo ao investimento, permitindo a otimização de recursos e a execução de intervenções que sem apoio do PO dificilmente seriam priorizadas/executadas no curto/médio prazo. Assinalam-se alguns casos (PI 4.b e PI 4.c), em que a reduzida procura e execução é tributária da reduzida apetência das entidades beneficiárias para aderir às formas de apoio disponibilizadas (reembolsável/Instrumentos Financeiros).

C16. A complexidade e morosidade processual afigura-se em muitos casos (eficiência energética na habitação e nas empresas) desproporcional e impeditiva de uma maior procura e interesse pelos potenciais beneficiários.

C17. Os sinais de disrupções no sector da construção são cada vez mais evidentes e impactantes, sendo fundamental encontrar soluções que obviem a escalada de preços e permitam não colocar em causa a prossecução das intervenções nos domínios-chave em que a dimensão infraestrutural é

central (construção, requalificação, reabilitação) e a dependência do mercado de construção civil é superior.

Impacto do Programa

O *lag* temporal entre a conclusão das operações e a data de realização da avaliação condiciona a aferição dos impactos do PO. A abordagem metodológica preconiza diferentes graus de aprofundamento da avaliação dos impactos do Programa (incidindo com maior especificidade nas matérias tocadas pelas PI opção 2.2.), de onde resulta que é nos campos da formação de competências (que apesar de não ser opção 2.2. é revelante do ponto de vista dos montantes dedicados pelo Programa e tem níveis de execução elevados que facilitam a plausibilidade da relação entre os resultados das operações e a sua relação com mudanças na região), dos apoios dirigidos à competitividade e internacionalização das empresas e ao estímulo ao desenvolvimento da investigação e inovação que estão reunidas condições para avançar com a análise dos impactos do Programa.

C18. O Programa Operacional tem um efeito de adicionalidade muito relevante, reconhecido tanto pelos operadores privados, como públicos, que consideram os apoios determinantes para a concretização dos investimentos e para permitir a realização de projetos de maior dimensão.

C19. A pandemia da COVID 19 condicionou fortemente os resultados das operações, nomeadamente no quadro dos apoios às empresas que constituíam uma das grandes apostas da programação. O efeito mais imediato sentiu-se na redução do universo de empresas apoiadas por sistemas de incentivos alinhados com a melhoria das condições de **competitividade e internacionalização**, condicionando a menor ambição do cumprimento dos objetivos do PO na diversificação da base produtiva regional.

C20. Os projetos realizados terão contribuído positivamente para o incremento do VAB no setor do Alojamento e Restauração, estimando-se que sejam responsáveis por 7% do aumento observado na região entre 2014 e 2019 (178 M€). O PO parece também ter contribuído para um incremento da escala de valor, através do maior apoio destinado a atividades de serviços intensivos em conhecimento, registando um total de 28% dos beneficiários apoiados, ligeiramente superior aos 23% que estas atividades representam no tecido produtivo da Região em 2013.

C21. A dinâmica empresarial da região no período em análise não evidencia a maior diversificação da base produtiva regional, ambicionada pela programação.

C22. No domínio do **reforço das competências da população**, conclui-se que os apoios mobilizados terão contribuído para aumentar a participação da população nas atividades de ensino e formação, aumentando a conclusão dos percursos de ensino e formação. Os maiores desafios situam-se ainda no campo da formação de adultos, onde se sinaliza a necessidade de investir na elevação da qualificação da população ativa.

C23. No domínio da **investigação e inovação**, reconhece-se o importante contributo do PO para paulatinamente atrair mais empresas para as atividades de I&D e melhorar as condições do sistema de inovação regional, contudo a intensidade de IDT+I na Região continuar a manter-se afastada da média nacional.

Valor Acrescentado Europeu

C24. A análise realizada revela a importância dos apoios do PO enquanto catalisadores do investimento, tanto no domínio privado (45% dos projetos e 25% do investimento empresarial não se teria realizado sem os apoios), como no público (64% dos projetos e 39% do investimento), assim como um importante efeito amplificador do investimento (a realizar-se sem os apoios, o investimento teria sido mais reduzido).

C25. Comparativamente com outras fontes de financiamento, os FEEI têm permitido a realização de projetos com maior duração, com continuidade entre ciclos de financiamento, e com maior flexibilidade na capacidade de ajustamento às necessidades da região (quando comparados, p.ex., com programas de apoio ao desenvolvimento da inovação, como o Horizonte 2020, em que a margem para ajustar o projeto a necessidades específicas da região é mais limitada pela natureza das parcerias).

C26. Nos domínios de aposta na melhoria das qualificações da população, em particular dos jovens, e da aposta na investigação e inovação foram reunidas evidências expressivas de que os progressos alcançados não teriam a mesma expressão num cenário de ausência dos apoios do Programa.

Relevância do Programa Operacional

C27. A existência de referenciais estratégicos regionais atualizados e perfeitamente alinhados e coerentes com a ambição política regional, foi fundamental para suportar a estruturação da arquitetura programática do PO Madeira 2020 e, em consequência, contribuir para assegurar elevados níveis de coerência e relevância do PO face ao contexto regional (necessidades, desafios e oportunidades).

C28. Verifica-se em geral uma adequação das tipologias de operações/elegibilidades nos eixos do PO face às necessidades de investimento das entidades promotoras. Apesar desta apreciação positiva, manifestam-se situações (grupos-alvo) em que essa auscultação não foi plenamente assegurada o que, em parte, condicionou posteriormente a procura (dimensão da eficiência energética nas empresas: PI 4.2).

C29. Conclui-se pela evolução positiva registada com os processos de reprogramação, possibilitando uma melhor adequação e resposta às dificuldades de implementação de alguns OE e TO. Contudo, em alguns casos, os ajustamentos realizados não foram suficientes, continuando a não responder integralmente às especificidades regionais e às expectativas dos promotores (como por exemplo alguns constrangimentos associados à PI 4.2).

C30. Assinalam-se importantes alterações no quadro económico-financeiro nacional e regional face à conjuntura existente aquando da programação (acrescidas por um contexto pandémico), com impacto na mobilização da procura e na execução intervenções. A prorrogação de prazos por ausência/impossibilidade de avançar no contexto de COVID, seja por atrasos na chegada de materiais e produtos necessários aos trabalhos, seja por aumentos significativos nos custos (materiais mais caros e mais morosa a entrega; incremento dos custos energéticos, concursos a descoberto,...), foi bastante condicionador para a execução e resultados a gerar pelo PO.

C31. A estratégia visada pelo PO Madeira 14-20, devidamente ajustada nos exercícios de reprogramação, deverá ser alvo de aprofundamento e continuidade, retirando lições de experiência importantes para o próximo período de programação comunitária e para responder de forma mais eficaz às necessidades da RAM e dos seus atores.

4. Recomendações

R1. Aproveitar as lições de experiência do atual período de programação e visitar/atualizar os instrumentos estratégicos de referência

- Proceder à revisitação/atualização dos principais referenciais estratégicos regionais de modo a conhecer a evolução registada no quadro de resolução das necessidades e constrangimentos regionais, nas dimensões-críticas de desenvolvimento, e dada a importância de identificar os desafios e oportunidades emergentes na RAM.
- Aprofundar a estratégia multidimensional visada no período de programa em análise (devidamente ajustada nos exercícios de reprogramação), num quadro de manutenção da sua relevância e pertinência, no âmbito do processo de preparação do Madeira 2030, retirando as principais lições de experiência que integram os exercícios de avaliação realizados, até à data (e devidamente assinaladas no presente exercício avaliativo), para garantir maior eficácia e melhores resultados face aos objetivos a prosseguir.

R2. Desenvolver iniciativas (formais e informais) de auscultação dos atores regionais e potenciais grupos-alvo

- Desenvolver iniciativas de auscultação de atores regionais com maior conhecimento sobre as necessidades e o potencial de procura regional.
- Desenvolver iniciativas específicas junto das empresas, de modo a aprofundar o conhecimento das suas necessidades, expectativas e dimensões-críticas de apoio.
- Desenvolver iniciativas específicas junto de organismos setoriais regionais relevantes, para se proceder ao mapeamento e hierarquização de investimentos-chave para os setores de atividade em que o PO vai atuar.

R3. Reforçar os efeitos de demonstração e visibilidade dos resultados positivos das várias tipologias de intervenção junto dos potenciais destinatários

- A superação dos constrangimentos de mobilização da procura para as atividades de formação revela-se absolutamente fundamental para potenciar os resultados da formação nas empresas e nos indivíduos, mobilizando formas eficazes de comunicação, adequadas aos diferentes segmentos (empresários, trabalhadores, desempregados,...) e privilegiando a proximidade dos contactos ao nível das comunidades locais, em particular no caso das populações menos escolarizadas e em territórios vulneráveis.

Estas ações deverão também contemplar a valorização das profissões que sofrem de uma maior desvalorização social e enfrentam dificuldades de recrutamento para as ofertas de emprego, através de ações de “marketing” das profissões.

- Desenvolvimento de ações de comunicação e sensibilização que permitam evidenciar os efeitos positivos do investimento em ações de eficiência energética (em particular as poupanças energéticas associadas, a curto, médio e longo prazo, quer à melhoria dos processos, quer à utilização de fontes alternativas) nos setores empresarial, residencial e da Administração Local.

R4. Eliminar barreiras à mobilização da procura - FSE

- Equacionar a revisão da aplicação do regime de minimis a modalidades que tradicionalmente registam pouca procura e que precisam de ser estimuladas.
- Simplificar, no caso de projetos de investimento empresarial apoiados pelos sistemas de incentivos, os processos de candidatura e, sobretudo, de apresentação de pedidos de pagamento na componente de formação. Considerar majorações atrativas no caso de apresentação de projetos empresariais com componente de formação.
- Garantir maior flexibilidade no número mínimo de alunos/formandos exigido, em função das especificidades territoriais e áreas de formação (privilegiando as áreas técnicas de carência absoluta na região), aproveitando as mais-valias de outros recursos (por exemplo, os recursos digitais), para superar possíveis constrangimentos decorrentes da existência de turmas mais reduzidas e da insularidade.
- Apoiar a revisão legal e normativa que garanta a continua progressão na carreira e valorização salarial dos trabalhadores que realizam investimentos na ALV (recomendação dirigida aos Parceiros sociais).
- Criar instrumentos que facilitem a articulação entre os apoios à formação e os apoios à contratação, disponibilizando incentivos às empresas para contratarem estes formandos.

R5. Aprofundar a articulação institucional entre *stakeholders* relevantes na esfera da formação e do emprego

- Criar condições para a promoção de práticas colaborativas entre as principais entidades com responsabilidade na gestão das políticas de formação e emprego, aprofundando o trabalho de planeamento e concertação da oferta de formação do território.
- No plano operacional, a realização de reuniões regulares tendo em vista a discussão aberta e participada entre todas as entidades relevantes sinalizando oportunidades e fatores de estrangulamento que vão emergindo na operacionalização das TO pode trazer vantagem para uma melhor articulação dos instrumentos de formação e emprego mobilizados no quadro do Programa.

R6. Dar continuidade à aposta na melhoria das qualificações da população, com maior incisão nos níveis de qualificação inicial e na transição para o ensino superior

- A Região tem feito uma evolução notável na redução do abandono escolar precoce, que se reflete também numa melhoria da proporção da população com nível secundário. Contudo, mantém-se afastada na média nacional. A melhoria dos indicadores de escolarização no nível básico e nível superior tem tido uma evolução menos expressiva que importa estimular, i) mantendo a aposta na qualificação inicial de jovens, com dupla certificação, ii) apoiando bolsas para a frequência do ensino superior e formação avançada iii) mantendo a aposta em formação de adultos com baixas qualificações e iv) disponibilizando ofertas para o desenvolvimento de competências básicas.

R7. Promover uma maior utilização dos instrumentos de apoio à investigação e inovação

- No domínio da investigação e inovação o PO apostou em projetos estruturantes (evitando a dispersão de apoios) que permitiram criar condições de reforço das infraestruturas do SRI em temáticas específicas, as quais devem ser capazes de, no futuro próximo, promover a produção e transferência do conhecimento para o tecido empresarial e fomentar o empreendedorismo nas suas áreas específicas de atuação.
- A necessidade de estimular a I&D empresarial continua a revelar-se fundamental para promover a transferência e valorização do conhecimento, a competitividade das empresas e a alteração do perfil de especialização da região. Neste contexto recomenda-se:
 - ▶ Assegurar a continuidade dos instrumentos de apoio dedicados a estimular a I&D empresarial, combinando o apoio a projetos individuais com o apoio a projetos de natureza colaborativa;
 - ▶ Valorizar projetos de I&D que incluam atividades de disseminação dos resultados
 - ▶ Apoiar as entidades/plataformas de interface entre os atores do SRI e entre estes e as empresas;
 - ▶ Prever a calendarização dos lançamentos dos avisos de concurso em articulação com o calendário de outros instrumentos de financiamento existentes.

R8. Retomar o desígnio de promover a competitividade e internacionalização por via do investimento empresarial e em articulação com estratégias de eficiência coletiva que reforcem o Sistema Regional de Inovação

- A elevada procura dirigida aos apoios ao funcionamento, seja no âmbito do Eixo 11 (Compensar sobrecustos da ultraperiféricidade) ou dos sistemas de incentivos na vertente adaptação às exigências da pandemia (CRII) contrasta com a maior dificuldade em mobilizar as empresas da RAM para incentivos alinhados com a melhoria das condições de competitividade e internacionalização e sobretudo para o empreendedorismo qualificado e criativo, limitando as alterações de perfil de especialização produtiva que se pretendia induzir.
- A diminuição dos constrangimentos induzidos pela pandemia permite retomar os desafios de aumento de competitividade e internacionalização do tecido empresarial, privilegiando os apoios ao investimento, seja por via dos sistemas de incentivos (em fatores imateriais de competitividade) ou dos Instrumentos Financeiros. Neste contexto recomenda-se:
 - ▶ Reforçar a aposta na promoção do investimento empresarial através de estratégias de eficiência coletiva com contratualização de resultados associados ao envolvimento das empresas de menor dimensão e da promoção da mobilização conjunta dos apoios dos sistemas de incentivos com os apoios para compensar os sobrecustos da ultraperiféricidade;
 - ▶ Reforçar a dinamização de ações coletivas de fomento ao empreendedorismo, preferencialmente o de base tecnológica.

R9. Promover uma maior utilização de instrumentos financeiros de capitalização

- Promover a atração à Região de entidades veículo para instrumentos de capitalização (sociedades de Capital de Risco e *Business Angels*). Este desígnio beneficiará de uma maior articulação entre o IDE, o Banco Português de Fomento e as entidades regionais de suporte à atividade empresarial e ao empreendedorismo.
- Promover ações de informação e esclarecimento, bem como de divulgação de casos de sucesso noutras geografias, como forma de demonstrar as vantagens destes instrumentos ao tecido empresarial relevante.

R10. Rever o padrão de apoios à eficiência energética nas empresas de forma a tornar o instrumento mais atrativo

- Equacionar a introdução de mecanismos orientados para melhorar a eficiência dos apoios à eficiência energética das empresas, prevendo a possibilidade de os apoios incidirem sobre a contratação de serviços de melhoria de desempenho energético.
- Priorizar os contratos de desempenho energético, para assegurar um melhor desempenho e reduzir o risco para as empresas.

- Garantir que uma parte do apoio seja não reembolsável/a fundo perdido;
- Ampliar o leque de elegibilidades, nomeadamente no que respeita às fontes alvo de apoio (produção para autoconsumo), prevendo apoio a investimentos de energia fotovoltaica, tendo em consideração a pequena dimensão do tecido empresarial e os recursos muito favoráveis da região nesta fonte de energia renovável em particular.
- Medir o desempenho do OE em ton CO2 evitadas. Neste quadro, poder-se-ia equacionar/ponderar a criação de um mecanismo de avaliação/apoio que tivesse em conta a possibilidade do montante de apoio estar associado à qualidade do projeto, em particular ao contributo para um maior resultado.

R11. Evitar que existam OE no PO potencialmente concorrenciais na dimensão de apoio à eficiência energética, no setor empresarial e residencial

- Não contemplar as mesmas elegibilidades em OE diferenciados, não obstante possuam focos de atuação diferentes (reabilitação urbana/eficiência energética na habitação; SI inovação produtiva/eficiência energética nas empresas), evitando que os beneficiários desagreguem os seus projetos, vejam sobrecarregada a instrução processual de candidaturas e optem por apresentar projeto/candidatura onde o processo seja mais simplificado (e sem custos-padrão limitadores do financiamento a obter).
- Manter os objetivos de melhoria da eficiência energética nos AAC para a reabilitação urbana e competitividade empresarial (como incentivo, através de majorações relevantes), ou seja, garantindo-se as exigências/metabolismos em termos de energia/eficiência energética, as quais devem ser também consideradas para feitos dos resultados do PO em matéria de transição para uma economia de baixo teor de carbono.

R12. Ampliar o leque de elegibilidades na mobilidade sustentável

- Ampliar o leque de elegibilidades previstas em sede de futuros AAC para a mobilidade sustentável, de modo a apoiar ações de sensibilização e comunicação (integradas nas candidaturas), que possam efetivamente contribuir para mudanças comportamentais sustentáveis.
- Prever a possibilidade de desenvolver contratos de desempenho energético, na aquisição de autocarros elétricos, por exemplo para transporte público escolar dedicado, de modo a facilitar o investimento e reduzir o risco.

R13. Conciliar/articular apoios “à infraestrutura/à atividade económica”

- Equacionar a possibilidade de articulação entre os apoios à construção/reabilitação de edificado e os apoios à atividade económica a desenvolver posteriormente nesse espaço-alvo (infraestrutura/obra - apoio IFRRU; atividade económica - incentivos às empresas).
- Estudar mecanismos que garantam/facilitem a complementaridade de apoios intra-PO, através de uma correta programação e articulação entre AAC, como forma de estimular a procura e garantir a exequibilidade de todo o projeto delineado pelo promotor, desde a sua génese até à geração de receita.

